

A dívida do governo volta a aumentar

A elevação em setembro foi de 0,9%, mas o total acumulado ainda é menor que o de 85.

A dívida interna da União, situada fora do Banco Central, voltou a subir em setembro, em termos reais, depois de ter registrado reduções por cinco meses consecutivos: o aumento no mês foi de 0,9%. Mesmo assim, a variação acumulada no ano registra uma queda de 10,2% (contra 11,1% até agosto) e, em 12 meses, de 5,7% (-6,0% até o mês anterior). O saldo da dívida pública chegou a Cz\$ 358.169 milhões, aí já incluído o acréscimo de Cz\$ 9,3 bilhões registrado em setembro.

Esses montantes não consideram os papéis da carteira do Banco Central, que cresceram de Cz\$ 453,5 bilhões em agosto para Cz\$ 499 bilhões no mês passado. A partir de agosto, o Banco Central retomou uma política mais agressiva de colocação de títulos (OTNs e LTNs) elevando os juros do **Open Market** de um patamar de 18,33% e de 26,29% ao ano em junho e julho para mais de 50% este mês.

Em setembro, o Banco Central colocou Cz\$ 16,8 bilhões de LBCs no mercado, aumentando o estoque desse título que, em agosto, era de Cz\$ 176,2 bilhões para Cz\$ 193,1 bilhões. Mas esses papéis,

criados recentemente, não são contabilizados na dívida pública federal.

Receita tributária

Dos Cz\$ 410,0 bilhões previstos para a receita tributária no corrente exercício, Cz\$ 293,8 bilhões já foram realizados até o final do terceiro trimestre, incluindo-se a arrecadação recorde de Cz\$ 32,8 bilhões no mês passado. Se essa média for mantida durante o quarto trimestre, o total de arrecadação não ultrapassará os Cz\$ 402,0 bilhões.

Ocorre que a STN está prevenindo receitas crescentes nos três últimos meses do ano, em decorrência de dois fatores principais: primeiro, a expansão da economia, que afeta positivamente a receita do imposto de renda das empresas e do imposto sobre produtos industrializados; segundo, o impacto da arrecadação semestral do imposto de renda das pessoas jurídicas. A Secretaria do Tesouro acha que essa receita poderá ser maior do que a anteriormente estimada.

Em relação à folga de caixa (despesas autorizadas não realizadas), o normal seria que seu limite

máximo se situasse em torno de 10% da receita. Porém, a determinação das autoridades de reduzir o endividamento interno e o déficit fiscal, está conduzindo a um acréscimo dessa despesa autorizada mas não efetuada ao limite de 12% da receita.

Embora seja vantajoso para o governo postergar a efetivação de despesas para fechar as contas aparentemente em ordem, é o setor privado, fornecedor de materiais e serviços para o governo, que mais se prejudica, pois deixa de receber pelos serviços prestados ou o material entregue, sendo obrigado a recorrer ao mercado financeiro, pagando juros elevados, para suprir-se de recursos a fim de substituir o que deixou de ser recebido do governo.

Evasão de divisas

O presidente da Gold Invest Indústria e Comércio de Ouro S.A., Cid Teixeira de Freitas, disse ontem, no Rio, que o Brasil está perdendo divisas por falta de uma política que melhor ordene o investimento em ouro. Acrescentou que o governo deve criar incentivos que estimulem os investidores a apli-



carnesse mercado, de modo a impedir que continue ocorrendo evasão crescente do metal para outros países.

Na sua opinião, o investimento em ouro é uma das formas mais garantidas de aplicação de recursos, na medida em que o valor está implicitamente ligado ao produto. Mas, ao ser tratado como mercadoria, o ouro recebe forte carga tributária no seu ganho, o que desestimula boa parte dos investidores, e acaba provocando a saída ilegal do metal do País, afirmou Teixeira de Freitas.

O diretor comercial da Gold Invest, Ronaldo Cavalcanti, defendeu a negociação do ouro através de certificados, prática que poderia enquadrá-lo como ativo financeiro. 'Dessa forma, o sistema de tributação se transformaria, uma vez que o ouro deixaria de ser tratado como mercadoria para efeito de investimentos, eliminando, inclusive, a incidência do ICM.'